

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

LEILIANI BATISTA ECHEVERRIA FERREIRA

**O ENSINO DA GEOGRAFIA PARA ESTUDANTES COM
NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA ESTADUAL
CORONEL JUVÊNIO NO MUNÍCIPIO DE JARDIM/MS**

JARDIM/MS
2016

LEILIANI BATISTA ECHEVERRIA FERREIRA

**O ENSINO DA GEOGRAFIA PARA ESTUDANTES COM
NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA ESTADUAL
CORONEL JUVÊNIO NO MUNÍCIPIO DE JARDIM/MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade universitária de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Paula Camilo Pereira.

JARDIM-MS
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UEMS – Jardim

FERREIRA, Leiliane Batista Echeverria

O ensino da Geografia Para Estudantes com Necessidades Especiais na Escola Estadual Coronel Juvêncio no município de Jardim/MS/ Leiliane Batista Echeverria Ferreira – Jardim [s.n], 2016.

63 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Camilo Ferreira.

1. educação inclusiva 2. Necessidades educacionais especiais 3. Geografia

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para publicação e reprodução de cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) somente para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

Leilane Batista Echeverria Ferreira

TERMO DE APROVAÇÃO

LEILIANI BATISTA ECHEVERRIA FERREIRA

O ENSINO DA GEOGRAFIA PARA ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS
NA ESCOLA ESTADUAL CORONEL JUVÊNCIO NO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Camilo Pereira

Curso de Geografia da UEMS - Jardim

Examinador 1: Prof. Jucileia Obregon

Examinador 2: Profa. Me. Franciele de Oliveira Meira

Professora da Rede Estadual de Ensino - Jardim

Jardim/MS, Novembro de 2016

DEDICATÓRIA

Ao meu querido esposo Willame, pelo convívio, pela paciência, dedicação e confiança que teve para comigo nesse tempo acadêmico e aos meus filhos Pedro Henrique e Layane Naara razão pelo qual cheguei até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo Dom da vida, por ser fiel a mim mesmo nas minhas limitações e nas minhas falhas, ao Senhor toda Honra, toda Glória e todo o Louvor, “Bem aventurado o Homem cuja Força está em ti, em cujo o Coração estão os caminhos aplainados, o qual passando pelo Vale de Baca faz dele um Manancial.” Salmos 84 vers.3-4.

Agradeço também ao meu querido esposo Willame Silva Ferreira, que foi fiel para comigo neste tempo em que estive ausente do lar durante o período acadêmico, pois sem ele não chegaria até aqui, pelos dias em que velou pelos nossos filhos, pela atenção, paciência e confiança para comigo.

A minha Orientadora Professora Dra. Ana Paula Camilo Pereira, pela paciência e persistência que teve com a minha pessoa, sempre compreensiva, mas sem deixar o seu jeito doce de cobrar responsabilidade e empenho, externo aqui o meu muito obrigado mesmo.

Aos meus amigos do curso, deixo aqui sentimentos de eternas saudades, foi muito bom estar com vocês e aprender com cada, um pouco da vida.

Agradeço a Diretora Roseli Aparecida Dias Garcia que me abriu a porta da Escola Estadual Coronel Juvêncio para que fosse realizada as pesquisas do referido trabalho.

Agradeço aos Professores e Alunos da mesma por prontamente responder aos questionários que ali foi aplicado, da referida pesquisa de campo.

Aos meus pais Geraldo Echeverria e Darci Batista Echeverria, pela educação, dedicação e paciência que teve comigo durante a minha formação como pessoa.

Ao meu sogro José Ribamar Alves Ferreira (In Memória), que nesse ano nos deixou, sempre me incentivou e apoio para que concluísse esta jornada e a minha sogra Regina Maria Silva Ferreira que também muito me ajudou nesta caminhada.

Aos meus irmãos Wellington e Wérica por todos os momentos que passamos juntos, por nossas risada, brincadeiras, tristezas e alegrias que compartilhamos.

Em especial agradeço mais uma vez ao meu Deus, e ao meu querido esposo Willame e aos meus filhos Pedro Herinque e Layane Naara alegria de minha vida e estímulo para chegar até o fim.

A todos que diretamente ou indiretamente torceram por mim para conclusão deste.

O meu muito obrigado a todos!!!

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar ensino de geografia para educandos surdos e a sua inclusão nas classes regulares na Escola Estadual Coronel Juvêncio, no município de Jardim/MS, onde se observou crianças com necessidades especiais. A escola inclusiva parte do pressuposto de que todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária, na medida em que a diversidade é valorizada como meio de fortalecer educandos e oferecer a todos os membros maiores oportunidades de aprendizagem (Pelosi, 2000). Nesse sentido, buscamos nesse trabalho identificar elementos que contribuam para ensino/aprendizagem da Geografia, considerando a inclusão dos educandos surdos, principalmente os sentidos que esse conteúdo específico pode ter frente às necessidades educacionais específicas dos mesmos. Portanto, abordamos nesse estudo as concepções e ações dos professores de Geografia e dos educandos da escola mencionada sobre educação inclusiva. Objetiva-se também, identificar o método utilizado por professores para o ensino da geografia com crianças com necessidades especiais.

Palavras-chave: educação inclusiva; necessidades especiais; Geografia.

ABSTRACT

This work presented here aimed to analyze geography education for deaf students and their inclusion in regular classes at the School Coronel Juvêncio in the city of Jardim/MS, where there was children with special needs. The inclusive school assumes that all children can learn and be part of the school and community life, in that diversity is valued as a means to strengthen students and offer all major learning opportunities members (Pelosi, 2000). In this sense, we seek that work to identify elements that contribute to teaching / learning of geography, considering the inclusion of deaf students, especially the way that specific content can be forward to the specific educational needs of the same. Therefore, the objective of this study is to understand the concepts and actions of Geography teachers and school students mentioned on inclusive education. The purpose is also to identify the method used by teachers to teach geography to children with special needs.

Keywords: inclusive education, special needs, Geography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Aula de ciências sobre as fases da vida com a professora Língua Portuguesa e Libras.....	41
Figura 02 – Aula de ciências sobre as fases da vida com a professora Língua Portuguesa e Libras	41
Figura 03 – Aula de ciências sobre as fases da vida com a professora Língua Portuguesa e Libras	42
Figura 04 – Aula do projeto realizado com educandos surdos e ouvintes da Escola Estadual Coronel Juvêncio	44
Figura 05 – Educandos após a aula sobre os tipos de verduras fazendo uma apresentação a respeito das verduras que mais gostam.....	44
Figura 06 – Professora interprete e educando surdo que a ajuda nas aulas do projeto	45
Figura 07 – Educando ouvinte que faz parte do projeto pedindo licença para entrar na sala em libras	45
Figura 08 – Educandos do projeto juntamente com a professora interprete fazendo a língua de sinais dizendo: Eu amo Libras.....	46
Figura 09 – Educandos que estudam na Escola Estadual Antônio Pinto Pereira e que fazem parte do projeto.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- respostas obtidas na questão 12	37
Tabela 02- línguas utilizadas	42

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Especial Especializado

APAE- Associação de Pais Amigos dos Excepcionais

Art- Artigo

IBC- Instituto Benjamin Constant

INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDB- Lei de Diretrizes Básicas da Educação

MS- Mato Grosso do Sul

NEES- Necessidades Educacionais Especiais

NUSP- Núcleo de Educação Especial

SED- Secretaria de Estado de Educação

SUMÁRIO

O ENSINO DA GEOGRAFIA PARA ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA ESTADUAL CORONEL JUVÊNCIO NO MUNÍCIPIO DE JARDIM/MS	1
O ENSINO DA GEOGRAFIA PARA ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA ESTADUAL CORONEL JUVÊNCIO NO MUNÍCIPIO DE JARDIM/MS	2
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	16
1.1. O processo de inclusão de educandos com necessidades especiais: breve análise	16
1.2. A inclusão de educandos com necessidades especiais no Brasil	19
1.3. As definições sobre o contexto da inclusão na atualidade	22
1.4. Os desafios para a criação das escolas para educandos com necessidades especiais	24
CAPÍTULO II	28
2.1. Inclusão: uma análise sobre as possibilidades de inclusão do educando surdo da escola regular	28
2.2. O ensino de geografia para surdos no ensino regular: táticas para um ensino de melhor qualidade	29
2.3. Analisando alguns estudos sobre inclusão de surdos em escolas brasileiras	31
CAPÍTULO III	34
3.1. Possibilidades de Inclusão do Educando Surdo da Escola Regular	34
3.2. Os Professores: uma análise sobre a compreensão docente no processo de inclusão	34
3.3. Os educandos surdos: a compreensão sobre suas concepções	38
3.4. Projeto Uma Escola Bilíngue: ações de inclusão escolar na Escola Estadual Coronel Juvêncio	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXOS	52
APÊNDICES	57

INTRODUÇÃO

A prática docente dos futuros professores no âmbito escolar é diferente do que ocorre durante a sua graduação, a vivência do cotidiano escolar com o objetivo de se ter uma experiência mais ampla para sua formação, muitas vezes é minimizada durante a licenciatura, a grade curricular proporcionada pela universidade, às vezes, só coloca o contato desses profissionais apenas nos estágios curriculares supervisionados, que apesar de sua fundamental importância, não se efetiva de forma profunda, o que impossibilita um “experencializar” mais completo.

Nessa perspectiva, a educação inclusiva é mais um aspecto pouco evidenciado na graduação, pois durante a prática de ensino o que se vê na teoria nem sempre é efetivado na prática.

Contudo, a partir do Decreto 5626/05 reconheceu-se a Lei 10.436/02 que regulamenta e assegura o ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de licenciatura na matriz curricular das Instituições de Ensino Superior. No entanto, mesmo diante dessa obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de formação de professores, é comum um professor se deparar com uma situação para qual não está preparado, como no caso da inclusão de educandos especiais, e então vem a seguinte questão: qual a melhor estratégia pode ser utilizada para a prática do ensino com educandos que apresentam deficiências?

Consideramos essencial a implementação dessa disciplina nos cursos de formação docente, uma vez que o reconhecimento desta língua demonstra a valorização e respeito a diversidade, a comunicação, a aceitação de ideias e, sobretudo, a inclusão de educandos surdos como sujeitos de direitos dentro de nossas escolas.

Segundo Pelosi (2000), a escola inclusiva parte do princípio de que todas as crianças podem aprender e fazer parte do cotidiano escolar na medida em que a diversidade é valorizada como meio de reconhecimento da turma dos educandos e assim oferecer a todos os membros maiores possibilidade de aprendizagem.

“Conforme Lima (2005, p. 21) a proposta de inclusão enfatiza a igualdade concreta entre os indivíduos, com o reconhecimento das diferenças, é nesse sentido que a efetivação de uma proposta inclusiva tem início com a revisão de práticas e pressupostos que regem o ambiente escolar e, sobretudo, no modo como as disciplinas escolares serão abordadas”.

Apresentadas essas concepções iniciais, destacamos que a realização deste trabalho tem como objetivo compreender as concepções dos professores de Geografia sobre educação

inclusiva, tendo como foco a inclusão de educandos surdos, no sentido de identificar o método utilizado por esses professores para o ensino da geografia com crianças com necessidades especiais. Para isso, adotamos como objeto de análise a Escola Estadual Coronel Juvêncio, localizada no município de Jardim/MS.

É de grande importância a obtenção de informações a respeito da qualidade do ensino para os educandos surdos na cidade de Jardim escolheu-se a Escola Estadual Coronel Juvêncio por ser o polo da educação inclusiva em nossa cidade já que a maioria das pessoas surdas que aqui residem estudam nesta escola.

Metodologicamente o trabalho foi dividido em três partes, definidos a partir de capítulos. O primeiro capítulo deste trabalho faz uma breve análise a respeito do processo de inclusão dos educandos surdos nas classes regulares e as leis que foram decretadas para garantir a esses educandos a inclusão e o acesso a uma educação de qualidade.

O segundo capítulo discute as possibilidades da inclusão dos educandos surdos nas classes regulares e os desafios para essa inclusão ser realizada com êxito.

O terceiro capítulo apresentamos o resultado da pesquisa realizada na Escola Estadual Coronel Juvêncio a respeito de que como e realizado essa inclusão nesta escola e se ela está sendo realizada de acordo com o que definido por lei e por último a respeito do projeto de Libras que é realizado na escola com a iniciativa dos professores e direção da escola que abrange tanto os educandos surdos quanto os ouvintes e toda a comunidade escolar.

Estes capítulos foram desenvolvidos mediante procedimentos de análises bibliográficas pertinentes ao tema proposto, como trabalhos científicos, artigos, livros, capítulos de livros etc., as quais serviram de base teórica para a realização da referida pesquisa.

Alguns dados que serão apresentados no decorrer deste trabalho foram coletados através de pesquisa de campo, na Escola Estadual Coronel Juvêncio, além disso, foram realizadas observações na escola com a finalidade de observar *in loco* como se dá a inclusão desses educandos.

Tais procedimentos foram analisados também a partir de registros fotográficos e entrevistas com funcionários da escola. Nesse sentido, aplicamos uma enquete na referida escola com o intuito de saber dos educandos ali matriculados, suas opiniões e suas ideias a respeito do tema proposto, sendo assim, há uma maior referência e um maior embate sobre tal temática.

Por fim, esses procedimentos tiveram como intuito dar subsídios a nossa abordagem de identificar se a Escola Estadual Coronel Juvêncio dispõem de estruturas necessárias e

adequadas para receber estes educandos com necessidades especiais; bem como se os professores estão preparados para oferecer o ensino da geografia para tais, de forma igualitária e com recursos apropriados.

CAPÍTULO I

1.1. O processo de inclusão de educandos com necessidades especiais: breve análise

A inclusão escolar se justifica pela necessidade de acessibilidade e de apoio, é mais do que simplesmente uma alteração do sistema de ensino para o educando com necessidades educacionais especiais, promove importantes transformações na escola, no que se refere à metodologia, ao currículo e a avaliação; bem como ocasiona mudanças mais subjetivas, quando se referem as concepções de apoio essenciais durante o processo de inclusão do educando no ensino regular, para que o mesmo obtenha ocorrência em nossa realidade educacional.

O processo de inclusão se faz necessário para implantação de vários serviços de apoio ao educando com necessidades especiais, discutindo criticamente os múltiplos aspectos sobre educação. E ainda tem relação direta com a concepção dos professores sobre o processo de ensinar e o processo de aprender, sobre o educando com necessidades especiais que aprende e como este aprende, sobre as dimensões do conhecimento, sobre o contexto social, econômico e cultural. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994):

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos/zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (p. 17-18).

Analisando a educação no Brasil, incluindo a disposição por parte dos educadores, considera-se que a educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio.

Enquanto educadores, nosso papel frente à inclusão, reside em acreditar nas possibilidades dos avanços acadêmicos dos educandos que não possuem necessidades especiais, como podem se tornar mais solidários, acolhedores diante das diferenças e, crer que a escola terá que se renovar, pois a nova política educacional é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei que abrange as pessoas de todas as classes sociais.

Segundo Sasaki (1997):

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como pré-requisito para estas pessoas poderem fazer parte da sociedade, como se elas precisassem pagar “ingressos” para integrar a comunidade (p. 41).

De acordo com pensamentos de Krung (2002), a inclusão e o acesso à educação de qualidade é um direito de todos, dignas de condições aceitáveis capaz de promover a aprendizagem aos educandos com necessidades especiais, portanto as especificidades humanas existem de diversas formas e devem ser levadas em conta, além disso é de extrema importância ampliar nossa visão enquanto educadores para além das da legislação.

Com isso, a inclusão é um direito a escolarização, onde o educando tem esse direito de estar inserido para aprender com condições dignas a uma educação de qualidade, para assim este ter um melhor aprendizado.

Conforme destaca Pacheco (2007):

Todas as crianças conseguem aprender; todas as crianças frequentam classes regulares adequadas à sua idade em suas escolas locais, recebem programas educativos adequados, recebem um currículo relevante às suas necessidades, participam de atividades co-curriculares e extracurriculares, e beneficiam-se da cooperação e da colaboração entre seus lares, sua escola e sua comunidade (p. 60).

Recentemente a legislação vigente, a nível federal e estadual, ampara e assegura os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais. É preciso ter em mente que a existência de uma lei não garante infelizmente que os direitos estejam sendo assegurados na prática do dia a dia.

Os princípios constitucionais que originam o direito à educação das pessoas com necessidades especiais deverão ser garantidos pelo Estado, conforme o Art. 208, que diz que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de, em seu inciso III, atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Esse direito é sancionado em diferentes documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 9395/96, a Declaração de Salamanca, bem como o Parecer 17/2001 e Resolução N. 2 do Conselho Nacional de Educação, entre tantos outros. De acordo com a nova Constituição Federal:

Art. 205. A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua

qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

A inclusão escolar nos aspectos legais surgiu antes que incluíssem formações ou capacitações mais adequadas para os professores, onde se pudesse ter discutido as questões referentes à inclusão para que não houvesse o que hoje encontramos na maioria dos educadores: a barreira da não aceitação.

Não aceitação esta, que vem mascarada por “falas” do tipo: “não tenho formação, não tenho conhecimento específico, não temos materiais e metodologias adequadas”, que são maneira de esconder o preconceito de quem são os educandos com necessidades educacionais especiais.

A inclusão é mais do que simples trocas de ambientes; é muito mais do que dizer que a educação especial é um sistema separado da escola regular é o local mais adequado para onde todos deverão ir, sem exceção. Mas com a inclusão obriga-se as mudanças, essencialmente à mudança de sistema de ensino, e a movimentos mais profundos.

Assim, movimentos que repercutiam nas questões subjetivas dos professores, suas crenças e valores, seus ideais e suas concepções sobre como e para quem ensinar. Reconstruir com os professores da possível escola inclusiva o significado de alguns títulos como deficiência, incapacidade, retardo e tantos outros que fazem parte da história, procurando desvincular a deficiência, da capacidade da pessoa de fazer ser pessoa, ser capaz além de suas dificuldades, pois estas não são o próprio sujeito, mas, representam somente uma parcela de sua constituição humana. Em outras palavras, é essencial a inclusão não somente do educando com necessidades especiais, mas dos próprios educadores nessa realidade social.

A inclusão não é simplesmente um fato, mas todo o processo que tem suas etapas e que devem ser avaliados em todas elas, com responsabilidade e com olhares críticos, para a qualificação do mesmo.

Segundo Vygotsky (1997), os professores devem ser intermediários na construção de seus conhecimentos, promover o conhecimento da sua aprendizagem, na busca da construção de significados e não da absorção de teoria desconectados da realidade vigente.

Para Castanho apud Reganhan (2006):

O professor é o último elo no processo de concretização das intenções educativas, responsável direto pela sua implementação e detentor das

informações necessárias para fazer adaptações e adequações que cada situação educativa concreta exige. Brasil 1988

Em resumo, acreditamos que os educandos com necessidades especiais são capazes de aprender e acabam por ter uma forte influência nas suas ações e, conseqüentemente um desenvolvimento em seu aprendizado. Compreendemos que os deficientes são eficientes em qualquer área do saber, o importante nesse processo é garantir que haja acessibilidade às oportunidades. É nessa perspectiva, que buscamos analisar a atuação dos professores e dos gestores envolvidos nesse processo de inclusão desses educandos.

1.2. A inclusão de educandos com necessidades especiais no Brasil

O processo de inclusão escolar vai no direito do que é importante para cada ser humano, em cada época específica de sua vida, buscando respeitar seus momentos, suas capacidades e necessidades.

O processo de educação inclusiva torna-se necessário fazer a historicização, utilizando as concepções de Januzzi (1985) e Mazzotta (1996), que usa o processo histórico da educação inclusiva no Brasil, sendo que em cada um com suas características e os avanços que permearam essa modalidade da educação. Conforme Bueno (2004):

Historicamente podem-se reconhecer quatro estágios no desenvolvimento da Educação Especial, em relação ao atendimento às pessoas com necessidades especiais. A primeira, na era-cristã, foi marcada pela negligência e pelos maus tratos, ou seja, ausência total de atendimento aos deficientes. Estes eram jogados em esgotos, abandonados, perseguidos ou eliminados da sociedade, pois esta mesma sociedade legitimava a ação (p. 72).

A partir do movimento em prol da educação especial no Brasil, de acordo com Januzzi (1985), se cogitou a criação por parte de Dom Pedro II, o Instituto dos Meninos Cegos (atual IBC, Instituto Benjamin Constant, em 1854 e do Imperial Instituto de Surdos-mudos, atual INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), em 1857, que funcionam até atualmente.

Mazzotta (1996) faz um resgate dos processos do atendimento escolar especial às pessoas com necessidades especiais, que segundo o autor tiveram maior destaque no Brasil, no final da década de 1950 e início da década de 1970.

Em que 12 de setembro de 1854, D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº 1.428, fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Em 17 de maio

de 1890, Marechal Deodoro da Fonseca, e o Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant, assinaram o Decreto nº 408, mudando o nome do Instituto para Instituto Nacional dos Cegos e aprovando seu regulamento.

Em 24 de janeiro de 1891, pelo Decreto nº 1.320, a escola sobreveio a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC). Três anos após a criação do IBC, em 26 de setembro de 1857, D. Pedro II fundou, também no Rio de Janeiro, o Instituto dos Surdos – Mudos (MAZZOTTA, 1996).

Em seguida, a proclamação da República, em 1889, aconteceu mudanças políticas, econômicas e sociais que interferiram no panorama da educação brasileira. Com o fim da primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil viveu uma abertura de desenvolvimento industrial, precisando de mão de obra especializada, sendo suprida na maioria das vezes por imigrante (JANNUZZI, 1992; MENDES, 1995).

Entre a década de 1920 e 1930 o ensino primário se expandiu e se popularizou, o movimento da Escola Nova começou a concretizar-se no Brasil, na redução das desigualdades sociais, incorporava-se as metodologias Pedagógicas nas ações que eram baseadas nos profissionais que trabalhavam nessas áreas (JANNUZZI, 1992; MENDES, 1995).

Em 1950, metade do século XX, de acordo com Mazzotta (1996), já existia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantido pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial ao que se denominava de “deficientes mentais”. Em 1964, foi instalada a primeira unidade assistencial da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), o Centro Ocupacional Helena Antipoff.

Em 1957, cem anos após sua fundação, pela lei nº 3.198, de seis de julho, passaria a chamar-se de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Com a instalação do IBC e do INES, abriu-se possibilidade de discussão da educação de pessoas com necessidades especiais, no 1º Congresso de Instrução Pública, em 1883, apontado pelo Imperador em dezembro de 1882. (MAZZOTTA, 1996).

A APAE tinha por objetivo proporcionar habilitação profissional de adolescentes deficientes mentais do sexo feminino. No dia 22 de maio de 1971, a APAE de São Paulo inaugura o Centro de Habilitação de Excepcionais. Este passa a ser a primeira unidade multidisciplinar integrada para a assistência a deficientes mentais e formação de técnicos especializados na área de deficiência mental. Nesse primeiro período podemos perceber que ocorreram apenas iniciativas isoladas, mas que contribuíram de maneira significativa para o início da educação de pessoas com necessidades especiais. (MAZZOTTA, 1996)

A apreensão com a educação das pessoas diferentes teve origem no final do império e início da república para Januzzi (1992), as ideias liberais abriram as discussões e consolidados, as instituições elementares fortalecidas na segunda metade do século XX.

A institucionalização e a educação escolar do deficiente tiveram início apenas no século XX (JANNUZZI,1992). Melhoras educacionais foram praticadas, segundo os princípios da Escola Nova, influenciando os rumos da educação especial brasileira.

No Brasil, em 1940 não havia uma preocupação no panorama da educação nacional com as crianças denominadas “deficientes”. As reformas estavam ligadas para a educação do indivíduo considerado normal. Em 1950, ocorria uma expansão das classes e escolas especiais, assim como a criação de instituições filantrópicas, como a APAE (JANNUZZI,1992). A década de 1960 foi marcada por várias iniciativas implementadas na área da educação especial refletindo no aumento considerável de serviço especial.

O terceiro momento percorre os anos de 1990 até atualmente, surgiu o conceito de educação inclusiva, com a Declaração de Salamanca, que é um Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, que forneceu as diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social (MAZZOTTA,1996).

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam à inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990.

Sendo resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos que surgiram a partir das décadas de 1960 e 1970. Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação (MAZZOTTA,1996).

A partir do final dos anos 1960, e início dos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial, os discursos da normalização e da integração, assim inclusão sendo um processo imprevisto, não existindo as regras prontas tendo a certeza é de que incluir exige serviços e recursos de apoio complementar tanto para os professores e educandos.

A inclusão tem por objetivo apresentar a uma evolução da cultura do ocidente, protegendo as crianças de serem separadas das outras por manifestar alguma condição de deficiência tanto física ou motora, sendo uma opção não incompatível com a integração, com um movimento que tem como sua meta principal não permitir que ninguém seja excluído da escola regular (MAZZOTTA,1996).

A inclusão tem uma maneira de reunir educandos com e sem dificuldades, funcionários, professores, pais, diretores, enfim todas as pessoas envolvidas com a educação (MANTOAN, 1997).

No Brasil, em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a atual LDB (Lei de Diretrizes Básicas da Educação 9394/96), baseada no princípio do direito universal à educação para todos. A LDB trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica.

O artigo 58 da LDB relata: Perceber-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais (MANTOAN, 1997).

Desse modo, na atualidade assistimos novos elementos que se somam nessa luta pela inclusão de educandos com necessidades especiais, embora ainda sejam necessários muitos avanços. Estas novas estruturas precisam ser construídas juntamente com os professores, com a equipe técnica, com os pais e educandos, ou seja, com a comunidade escolar como um todo. As mudanças precisam refletir uma nova maneira de pensar e fazer educação, dando respostas à voz das necessidades de todos os estudantes.

1.3. As definições sobre o contexto da inclusão na atualidade

Atualmente, a inclusão trata precisamente de aprender a viver com o outro, estar com o outro e cuidar uns dos outros. Ela trata, sim, das diversidades e das diferenças. A inclusão se torna uma oportunidade e um catalisador para a construção de um sistema democrático melhor e mais humano (MANTOAN, 1997).

Ainda de acordo com pensamentos de Mantoan (1997), a escola deve adotar uma flexibilidade muito maior em seus vários aspectos metodológicos, ressignificando a avaliação, o processo de ensinar e aprender, o currículo dentre outros aspectos.

Para Sasaki (2002), a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas de ensino regular vem sendo praticada no Brasil há pouco tempo, com muitas frustrações e dificuldades, está ocorrendo um progresso neste sentido, principalmente na questão de incentivo e necessidade de especialização dos profissionais da área, sendo realizadas várias discussões sobre este tema em congressos, seminários, encontros de entidades e mais à frente as especializações em múltiplos graus de conhecimentos.

Para que o processo seja promotor de mudanças significativas é preciso que o educador acredite na possibilidade que o educando tem que aprender com as interações realizadas, orientadas pelo princípio do respeito mútuo, e na ideia de que todos podem aprender desde que suas portas de entrada para o conhecimento sejam encontradas, valorizadas e desenvolvidas num Projeto Político Pedagógico democrático que atenda às necessidades individuais de cada um na coletividade educacional. (SASSAKI, 2002).

A educação para ser inclusiva precisa levar em conta os anseios dos educandos, as suas potencialidades, as capacidades e não somente suas dificuldades. Não é um processo de negar a necessidade diferenciada, mas de saber que há um ser humano para além da deficiência, é preciso vê-lo enquanto um ser plenamente eficiente. Assim, Sasaki (1999, p. 167) define que: “a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos”.

É ver mais adiante das aparências, prever que diferenças exigem diferentes intervenções pedagógicas e diferentes olhares, sem diminuir o que se pode ensinar, subestimando assim o estudante e suas reais possibilidades. Nesse contexto, a Declaração de Salamanca afirma que: “as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.”

A Declaração de Salamanca ainda prevê a necessidade de promover uma escola igual e única para todos independentemente de suas diferenças. Ainda conforme metas definidas na Declaração de Salamanca, é necessária uma infraestrutura de serviços que promova o processo de inclusão, na forma de parcerias entre professores, e sem apoio, à disposição do fracasso, pois se perde a individualidade e as necessidades, descaracterizando os indivíduos e tornando-os “homogêneos” tendo como “desculpa” o processo da inclusão escolar.

Sendo assim, o atendimento desses educandos em classe comum pode representar sua exclusão sempre que a avaliação, uma entre as variáveis que intervêm no seu processo de escolarização, se não for usada para causar a aprendizagem das condições próprias de cada educando (HOFFMAN, 2005).

A inclusão social segundo Pinheiro (2011), é uma performance que combate a exclusão, comumente ligada as pessoas de classe social inferiormente favorecida, nível educacional baixo, com deficiência física ou mental, idosos ou minorias raciais, entre outras e quem não têm acesso às oportunidades.

Por fim, destacamos Santos (2005) o qual enfatiza que: “o direito de estarmos iguais sempre que a diferença nos inferiorize; e apresentamos o direito de permanecermos diferentes sucessivamente quando a igualdade nos descaracterize”.

1.4. Os desafios para a criação das escolas para educandos com necessidades especiais

Nas disposições específicas sobre a educação especial, o Artigo 4º da LDB, é definido como dever do Estado: o "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino" (inciso III).

Conforme Ferreira (1997):

O Ministério da Educação vinha trabalhando, em seus documentos, com a indicação de que o alunado considerado especial inclui os educandos com deficiência, condutas típicas e altas habilidades. Essa postura incorpora a preocupação de que não se tenha na educação especial um recurso paliativo para o fracasso escolar, em certa medida legitimando os equívocos do ensino regular (posição registrada na Assembleia da Reunião da Anped, em 1991), o que tenderia a ocorrer com a utilização de categorias muito abrangentes. A referência às necessidades educativas especiais, acompanhando tendência internacional que se fortalece principalmente com a Declaração de Salamanca, de 1994, merece maior atenção a fim de confrontar as leituras e discutir as implicações de uma eventual revisão das próprias noções de aluno e educação especiais.

De acordo com Ferreira (1997), é o desafio de conhecimento e práticas desenvolvido nos espaços identificados com a educação especial, integrar contribuindo para a educação geral, sem criar novos espaços para acomodar mais uma vez procedimentos de segregação em nome da necessidade de um ensino especializado; e, de outra parte, sem reduzir a problemática da deficiência à dimensão do ensino.

Pode-se observar na história que a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com necessidade especial, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios evasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial (FERREIRA, 1997).

É importante destacar que a Educação Especial desde o início até os dias atuais, para que se perceba que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, distante de serem responsáveis pela negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de terem acesso à educação. Evidencia-se que a inclusão

ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais e muitas vezes sociais.

Segundo Schewinsky (2004), ao longo do tempo foram instituídas errôneas formas de entendimento da pessoa com necessidades especiais que resultaram em inadequadas formas de tratamento e educação. Da condenação à morte na Antiguidade à posição de seres incapacitados e marginalizados na Idade Média, essas pessoas, eram desprovidas de cidadania e lugar na sociedade. No século XVII são iniciados os trabalhos direcionados à educação do surdo por exemplo, um caminho longo que teve avanços e retrocessos e que resultou na educação institucionalizada.

No Brasil, durante anos, houve um grande descaso com a educação popular, a escola não era acessível a todos, principalmente àqueles que necessitavam de algum atendimento especial.

A educação voltada para as pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEES) começou a ganhar atenção no final do século XIX, quando foram criadas as primeiras instituições voltadas a atender pessoas cegas e surdas. Entretanto, esse atendimento não era muito significativo, uma vez que o número de vagas era pequeno diante da demanda populacional e os modelos de educação especial implantados, baseados em modelos adotados por países europeus, não condiziam com a realidade brasileira, muito mais voltados ao assistencialismo do que a educação propriamente dita (ALMEIDA, 2013).

De acordo com Rogalki (2010), até a década de 1950 no Brasil, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se uma preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

Tem-se a Declaração de Salamanca (1994) como marco da caminhada para a Educação Inclusiva. A inclusão é um processo educacional através do qual todos os educandos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular.

A prática da educação inclusiva merece cuidado especial, pois estamos falando do futuro de pessoas com necessidades educacionais especiais. Antes mesmo de incluir, é importante certificar-se dos objetivos dessa inclusão, para o educando, quais os benefícios/avanços, ele poderá ter, estando junto aos educandos da rede regular e produzir transformações (ROGALSKI, 2010).

O processo de inclusão nas escolas do Brasil se deu com a transferência de educandos especiais surdos, cegos e com deficiência física de classes especiais para classes

comuns, em 2003. Uma mudança muito importante, mas realizada sem uma prévia preparação dos professores para lidarem com essa nova realidade. De acordo com Pletsch (2009):

O processo de transferência dos alunos surdos das classes especiais para as salas comuns na escola forçou a convivência em uma mesma sala do professor, do intérprete, dos alunos surdos e dos alunos ouvintes, convívio que gerou diversos conflitos na interação e na aceitação. Os professores se viram em uma situação nova, para a qual não estavam e nem foram preparados, pois “no Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva” (2009, p. 150).

Ainda de acordo com Pletsch (2009), o despreparo para lidar com essa nova situação fez com que os professores sentissem que seu espaço estava sendo invadido, tanto pelo intérprete como pelos educando com necessidade especial, já que eles passaram a dividir a classe com os demais colegas.

Nessa nova realidade os docentes não conseguiram promover a inclusão, se omitiram diante da diversidade e permitiram a segregação, educandos ouvintes de um lado e surdos de outro. Os conflitos gerados a partir dessa nova situação não ganharam, na época, a devida atenção e se fazem presentes ainda hoje nessa escola. Conforme Silva, Macedo Junior, Lima, 2009:

A responsabilidade pela aprendizagem/construção do conhecimento de todos os alunos e das relações demandadas dessas interações, dentro da sala de aula, é do professor. Cabe ao intérprete de Libras na escola ser o mediador na comunicação entre surdos e ouvintes em situações de interação social. (p. 19).

Desse modo de acordo com os autores a relação ao intérprete educacional, os desafios encontrados nas aulas de Geografia estão concentrados na falta de conhecimento dele sobre os conhecimentos básicos da disciplina, gerando, por sua vez, dificuldade em transmitir os termos técnicos específicos de tal ciência e na ausência de recursos visuais para subsidiar seu trabalho, a fim de que o conteúdo se torne compreensível para o educando surdo.

Cabe ainda nesta discussão, a falta de preparo pedagógico para lidar com a inclusão e com as práticas educacionais cotidianas. Uma vez que não é exigido, ao intérprete, uma formação específica para o trabalho no ambiente escolar, havendo, somente, a cobrança em relação ao conhecimento da Libras, que, por sua vez, não é sinônimo de domínio dos conhecimentos pedagógicos nem dos específicos da área de Geografia.

Quando o assunto é a necessidade de intérpretes nas escolas, a situação é agravada pela carência de profissionais capacitados, pois os centros de formação não conseguem

qualificar na velocidade que exige a demanda. “A falta de formação mínima alimenta o risco de uma atividade profissional tão séria como a interpretação em Libras tornar-se um trabalho improvisado” (SILVA; MACEDO JUNIOR; LIMA, 2009, p. 11). A dificuldade no ensino de educandos surdos varia ainda, conforme o grau de conhecimento que este tem da Libras.

Com isso, vemos a necessidade urgente em capacitar profissionais que venham a trabalhar e assessorar os educandos com necessidade especiais, para assim estes aprenderem com eficácia a disciplina ora proposta, suprimindo assim essa carência em transmitir os termos técnicos de tal ciência. (SILVA; MACEDO JUNIOR; LIMA, 2009).

As escolas inclusivas são de suma importância para o aprendizado dos educandos com necessidade especiais, pois, elas garantem o direito de estes aprenderem e estarem inseridos nesse sistema educacional de ensino, onde para ensinar, o profissional necessita estar capacitado para poder aplicar de uma maneira profissional e técnica àquilo que esse educando necessita para as suas necessidades.

Para compreender a importância das escolas inclusivas, no próximo capítulo trataremos a respeito da inclusão dos educandos surdos nas escolas regulares, como ocorre essa inclusão e se os educandos são realmente inclusos no âmbito escolar juntamente com os outros educandos que não apresentam necessidades especiais.

CAPÍTULO II

2.1. Inclusão: uma análise sobre as possibilidades de inclusão do educando surdo da escola regular

Conforme Dorziat (2004), a inclusão na sociedade de pessoas surdas, visando sua participação no meio social de forma efetiva, está sujeito a organização das escolas considerando três critérios principais: a interação que ocorre por meio da língua de sinais, a valorização de conteúdos escolares e a sua relação entre o conteúdo-cultura surda.

Embora a inclusão escolar ainda ser apontada como um dos meios para se chegar à inclusão do educando surdo na sociedade, pode-se averiguar que nas escolas inclusivas estes critérios não são ressaltados: não existe interação por meio da língua de sinais, uma vez que professores e educandos ouvintes não são fluentes em Libras, a aprendizagem é claramente prejudicada e a cultura surda não é levada em conta como se deveria levar, sobressaindo nestas escolas a cultura das pessoas que tem audição (DORZIAT, 2004).

De acordo com Bortoleto, Rodrigues e Palamin (2003), a inclusão do educando surdo na escola deve garantir a permanência do mesmo no sistema educacional regular com oportunidades iguais a dos educandos ditos como normais, bem como, ensino de qualidade.

A inclusão deve ser capaz de na sala regular oferecer ao educando com deficiência o acesso à aprendizagem. Um exemplo disso ocorreu nas escolas de Brasília, onde o Atendimento Educacional Especializado (AEE) fez com que a aprendizagem nessas escolas não cumprisse estritamente o papel de complementação, pois não aplicam a metodologia preconizada pelas políticas de inclusão e sim seu conceito – o de permitir que as diferenças não sejam utilizadas para discriminar e negar a escolarização (LOPES, 2016).

Nessa análise sobre a inclusão de surdos no ensino regular nos deparamos com várias questões que muitas vezes colocam em dúvida se essa experiência é capaz de incluí-los realmente no contexto escolar sem mudar a representação dos ouvintes, ou se é mais uma vivência que, de forma mascarada, associa-se à exclusão (RECHICO; MAROSTEGA, 2002).

Compreendemos que é necessário que as escolas devem oferecer em seu meio atividades de classe comuns, com professores que tenham formação adequada para o atendimento educacional de educandos especiais, apoio para o professor de educação especial, e se necessário ter em sala de aula o intérprete de Libras/Língua Português, que efetive a

concordância com o projeto pedagógico das instituições educacionais, serviços com apoio especializado complementando também com a utilização sala de recursos, em diversos turnos, em classes que deixem os educandos aconchegados (BRASIL, 2002).

Com relação à inclusão de educandos com necessidades especiais, a Constituição Federativa do Brasil de 1988, artigo 208, define que o atendimento aos deficientes deve ser dado, preferencialmente, na rede regular de ensino. Desse modo, entende-se que essa inclusão deve ser efetiva no sentido de não apenas os estudantes com deficiência ganharem espaço de convívio e de direito à educação, é necessário compreender que os estudantes sem necessidades especiais estão também ganhando a oportunidade de convívio com aqueles que tem necessidades especiais, no sentido de que aprender a conviver com a diferença, com a diversidade. Por isso, é preciso compreender que a inclusão é uma ação educativa, mas também social e humana, de valorização do outro e da convivência com a diversidade humana.

Conforme a legislação educacional, de acordo com a Lei nº 10.098 de 2000, prediz que o Poder Público deve tomar providências para que possa eliminar as barreiras de comunicação, para garantir aos surdos o acesso à informação, à educação, incluindo a formação de intérpretes de língua de sinais. (BRASIL, 2000).

Segundo Silva (2009), no entanto na atualidade, nota-se que, apesar das leis apresentadas no parágrafo acima, a inclusão não está acontecendo como é determinada pela legislação. O surdo tem acesso à matrícula na escola regular, mas não com a garantia de todos os seus direitos previstos.

2.2. O ensino de geografia pra surdos no ensino regular: táticas para um ensino de melhor qualidade

Segundo Fonseca et al (2014), a Geografia, por sua própria dialética de conhecimento, distinguir-se pelas relações entre elementos físicos e humanos, ou entre a sociedade e a natureza, também presta sua contribuição na escola para a realização da interdisciplinaridade, sancionando sua exclusividade, ou seja, que ela mesma se forma a partir de uma grande variedade de temas, conservando sempre o espaço geográfico como linha principal. É essencial que em salas de aulas frequentadas por alunos surdos e ouvintes haja recursos didáticos que suavizem as dificuldades de aprendizagem, facilitando o acesso aos dois grupos (ouvintes e surdos).

De acordo com Casseti (2002, p. 152):

Afirma que “[...] cabe à Geografia a função de preparar o aluno para uma leitura da produção social do espaço, repleto de contradições, ou o desvendamento da realidade, negando a ‘naturalidade’ dos fenômenos que imprimem certa passividade aos indivíduos”

Algumas atividades diferenciadas podem facilitar o ensino aprendizagem dos educandos surdo na disciplina de geografia e dos demais educandos que frequentam o ensino regular como por exemplo: atividades lúdicas, charges, tiras e quadrinhos, desenhos, filmes e vídeos, imagens e fotos, internet e computadores, mapas, maquetes e saídas a campo. Fonseca et al (2014, p.10 - 21), fala a respeito dessas atividades:

- **Atividades Lúdicas:** Toda pessoa pode beneficiar-se de atividades lúdicas, tanto como diversão e prazer como também visando à aprendizagem. Diversas capacidades podem ser estimuladas por meio de atividades lúdicas, bastando, para isso, saber explorar e refletir acerca da realidade e da cultura na qual se vive, participando, e também discutindo regras e funções sociais. Nas atividades lúdicas, a realidade pode ser superada por meio da imaginação.

- **Charges, Tiras e Quadrinhos:** As revistas em quadrinhos são, costumeiramente, as primeiras leituras das crianças e continuam persistindo na vida de muitos adultos. É perceptível o aumento do uso de tiras de quadrinhos, charges, cartuns no meio escolar, como também, em muitas provas de processo de seleção, sabendo-se também que esse tipo de abordagem é parte rotineira de quase todas as pessoas, sendo amplamente divulgado pelos meios de comunicação. Por ser uma leitura apreciável, cativante e prazerosa para a maioria dos alunos esse tipo de atividade, presume-se que é um fator facilitador para organizar uma discussão com certo rigor científico, a partir de componentes do cotidiano.

- **Desenhos:** As primeiras relações que o educando organiza e utiliza são simples chamadas topológicas, como por exemplo: vizinhança, separação, ordem, envolvimento e continuidade. Essas ligações possibilitam à criança discernir figuras abertas e fechadas, embora não possibilitando que ela consiga distinguir entre um círculo e um quadrado.

- **Filmes e Vídeos:** O cinema pode ser mais útil, na sala de aula, na forma de documentário ou curta-metragem. Esses documentários devem ser analisados, assistidos e discutidos durante o tempo de uma aula. Não é certo usar duas ou três aulas em dias diferentes, para assistir a um filme e só na outra semana debatê-lo. Dessa maneira, quando um filme for passado o professor deve recortar os trechos mais adequados para discutir em sala de aula.

- **Imagens e Fotos:** O ensino de Geografia mostra uma obrigatoriedade crescente de debater caminhos que levem o educando a se envolver com o mundo à sua volta, encerrando a simples descrição de paisagens. A aplicação de gravuras, fotos, desenhos e outras representações em sala de aula proporcionam ao aluno aumentar a sua habilidade na observação e valorização do que existe à sua volta.

- **Internet e Computadores:** A internet pode exercer um papel muito importante auxiliando o professor na busca para interligar o mundo do

educando, com essas novas tecnologias e a própria internet ao conteúdo de sua aula.

- **Mapas e Atlas:** Ao se mencionar a palavra mapa, imediatamente o ligamos à Geografia. É uma característica excelentemente cultural. Os mapas, no entanto, são uma representação da Geografia, o que é geográfico. Nesse sentido, percebe-se que o mapa sempre é mencionado como um símbolo geográfico. Essa ideia persiste, mesmo em nossos dias atuais.

- **Maquetes:** Quando as aulas são organizadas com a ajuda de maquetes, a apreensão e a identificação dos objetos, como também os esclarecimentos dos conteúdos são mais bem aproveitados, possibilitando o surgimento de uma série de dúvidas e interesses voltados para os componentes presentes nas maquetes.

- **Saída de Campo:** O trabalho de campo tem se mostrado ser um recurso que consegue segurar a atenção dos alunos. É uma ação que favorece para melhoria da relação dos alunos entre si e também com os professores. Além disso, consegue assimilar e entender melhor os conteúdos próprios, podendo ajudar o aluno na transformação de condutas e desenvolvimento da própria personalidade, o que o auxiliará na sua vida futura, tanto social como profissional.

2.3. Analisando alguns estudos sobre inclusão de surdos em escolas brasileiras

Em sua maior parte os professores das escolas regulares não estão preparados para o atendimento aos educandos surdos e nem as instituições para recebê-los. A maioria dos professores não é bilíngue, existe a falta de intérpretes de Libras nas salas de aula e metodologias que realmente proporcionem a aprendizagem destes educandos (SILVA, 2009).

De acordo com Lorenzetti (2003), observando-se que a escola deve adequar-se ao educando e não o educando a escola, a singularidade do educando deve ser respeitada, porém, a realidade educacional brasileira apresenta um quadro diferente do que se determina por lei.

Muitas escolas não tem a infraestrutura adequada para atender os educandos especiais, tendo em vista que em uma sala de aula com quarenta educandos o professor não pode atender os educandos especiais de forma mais efetiva e propicia-los uma educação realmente inclusiva e de qualidade.

De acordo com pesquisa realizada por Lopes (2016), em escolas do Distrito Federal:

Na verdade, isso foi uma luta dos docentes, pois sentiam a dificuldade de educar os surdos numa sala com quarenta ouvintes e entre eles, dois, três, quatro surdos/as. Os/as alunos/ as surdos/as recebem apoio e atendimento no turno oposto, duas vezes por semana, na sala de recursos. As professoras que fazem o atendimento na sala de recursos para os/as alunos/ as surdos são as mesmas professoras regentes (p.118).

Souza e Góes (1999) garantem de acordo com estudo realizados que o processo de inclusão do educando surdo vem sendo escutado por professores e profissionais que

desconhecem a língua de sinais e as condições bilíngues do surdo devido à falta de preparo. Razão pela qual os professores tendem a considerar-se despreparados para atuar com essa população.

Conforme Lopes (2016), para que o educando surdo possa ser efetivamente incluso nesse novo processo educacional, faz-se necessária uma mudança desde o ambiente familiar até o escolar. Observe o exposto nas seguintes narrativas:

(...) hoje em dia você nota que a família está distanciando do filho, né, porque algumas coisas, normas de educação você que tá passando, você que tá passando, porque você pensa assim, eu não tenho que falar pra esse aluno que ele não pode jogar papel no chão, que ele não pode grudar chiclete debaixo da carteira, isso a mãe dele teria que ter falado, isso seria assim, mas não é assim, você vê que não é assim, pra você, por exemplo, a gente tá aqui conversando e pro aluno chegar ali e pedir licença para entrar seria um processo natural, ele já teria que ter aprendido isso na casa dele, mas não aprende, se não ensinar ele não vai fazer, então tá cada vez mais difícil porque cada vez mais pai e mãe envolvidos com o trabalho e o filho totalmente na escola, totalmente na escola e a escola não mudou o suficiente. (Ana Kalyne) (...) minha expectativa é que alguém olhe por esses alunos, que a família participe, eu to dizendo a família no geral, não só de alunos surdos, que ela participe, que ela esteja dentro da escola. (Eduarda) (LOPES, 2016, p.152).

Segundo entrevistas realizadas por Schneider (2006), a quatro professoras do ensino regular que tinham educandos surdos entre cinco e seis anos em sala de aula, a autora concluiu que apesar delas terem a vontade de praticar um ensino inclusivo, não tinham condições necessárias para concretizar a prática da inclusão destes educandos especiais.

As atitudes dos professores perante os educandos surdos denotavam a segregação que existe nas escolas, já que geralmente os educandos surdos são excluídos dos trabalhos em grupo e das exposições orais. Entre outras coisas faltam para os professores embasamento teórico para realizar um trabalho que assegure ao educando surdo os meios para sua inserção no ensino regular (SCHNEIDER, 2006).

Borges (2004) averiguou, por meio de entrevistas, as percepções de nove educandos surdos que estudavam no Ensino Médio de escolas regulares questionou a respeito de suas experiências com a inclusão escolar. Os educandos assinalaram como uma das principais dificuldades encontradas, a comunicação com os ouvintes (colegas e professores). Esses educandos apresentaram uma série de modificações que a escola regular deveria realizar para suprir às suas necessidades, como, por exemplo: a necessidade de intérpretes, a divulgação da língua de sinais para a comunidade escolar e metodologias diferenciadas de ensino.

Silva e Pereira (2003), em um estudo realizado com professores do Ensino Fundamental que tinham educandos surdos em suas classes, pode-se observar que apesar da grande maioria das professoras apontarem seus educandos surdos inteligentes, revelavam atitudes contraditórias, como, por exemplo, ajudavam e deixavam seus educandos fazer o que desejassem, como por exemplo fazer cópia, o que evidencia certa dúvida com relação ao potencial intelectual do surdo.

Em relação à aprendizagem dos educandos surdos, algumas professoras asseguravam o caráter de normalidade, no entanto, outras apontavam que a aprendizagem era mais lenta. A maioria das professoras relacionou as dificuldades de aprendizagem à falta de linguagem. Em relação a esses depoimentos, as autoras concluíram que apesar das professoras apresentarem em seus discursos a ideia de que os educandos surdos tinham todas as condições necessárias de serem incluídos, pois eram inteligentes, aprendiam e se comportavam bem, porém na prática, eles eram excluídos (SILVA e PEREIRA, 2003).

Conforme Lopes (2016), não basta simplesmente que o professor faça todas as adaptações para receber o educando e dar-lhe condições de aprendizagem. Para isso, as escolas precisam de mais instrumentos, artefatos mínimos e, principalmente, preparar os docentes em cursos de atualização.

Dadas essas experiências de pesquisas, o próximo capítulo tratará respeito da inclusão dos educandos surdos das escolas regulares do município de Jardim MS, em específico a Escola Estadual Coronel Juvêncio, onde foram realizados questionários como a direção da escola, os professores regentes e o professor de apoio e o educando surdo.

CAPÍTULO III

3.1. Possibilidades de Inclusão do Educando Surdo da Escola Regular

Nesse capítulo apresentamos a pesquisa de campo do presente trabalho que foi realizado, como já destacada, na Escola Estadual Coronel Juvêncio localizada no centro do município de Jardim/MS.

Esta escola é considerada um polo da educação inclusiva para educandos surdos que vivem do município de Jardim, porque ela tem toda a infraestrutura necessária e o corpo docente para atender esses educandos surdos com qualidade.

No município estão residindo 22 educandos surdos, segundo levantamento realizado pela professora de Libras da referida escola pesquisada. Deste total 6 educandos estão estudando da Escola Estadual Coronel Juvêncio, 4 já estão formados e os demais não estão estudando em lugar algum devido a motivos pessoais e familiares.

No que se refere a Escola Estadual Coronel Juvêncio, mediante visita realizada na mesma, nota-se que a escola apresenta um corpo docente composto por professores que em sua grande maioria já realizou ou realiza curso de Libras para proporcionar uma educação de qualidades para os educandos surdos, além de ter disponível uma sala de recurso, professores de apoio, bem como intérpretes de Libras, mediadores e aulas em contra turno para os educando terem um maior aperfeiçoamento educacional.

Como forma de analisar e compreender as ações realizadas nessa escola, foram realizados alguns questionários com os professores que se propuseram a contribuir com a presente pesquisa e com os educandos surdos que frequentam a escola em sala regular. Os questionários relativos aos professores continham 16 questões alternando questões objetivas e dissertativas e para os educandos um questionário contendo 8 questões, também objetivas e dissertativas. Esses questionários estão anexados ao final do trabalho. Os resultados dessa pesquisa serão tratados a seguir.

3.2. Os Professores: uma análise sobre a compreensão docente no processo de inclusão

De um total de 55 professores que compõe o corpo docente da escola, entrevistamos 4 que se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa, dentre eles um professor mediador e intérprete de Libras e dois professores de Geografia (um se formou em 2014 e a outra professora já atua na área a 23 anos).

A primeira questão referia-se ao uso cotidiano da Libras durante as aulas. Todos os professores responderam que fazem uso da língua de sinais, o que significa que de acordo com essa resposta os educandos têm o atendimento adequado e de acordo com a legislação, já que os professores podem manter uma comunicação com seus educandos surdos proporcionando uma educação de melhor qualidade, uma vez que possibilita a esses educandos a comunicação e a exposição de suas ideias, desejos e saberes.

Os professores ainda foram indagados quanto a realização de cursos de Libras. De todos os professores 3 responderam que estão fazendo cursos de Libras, e um respondeu que não, isso indica que a maioria busca um melhor aperfeiçoamento, embora ainda encontremos a negativa de um docente.

Constatamos que a motivação dos professores na aprendizagem de Libras, geralmente se dá devido a necessidade comunicação, aperfeiçoamento profissional, como exigência da lei, por imposição da atual política educacional ou ainda para ser intérprete.

Nessa questão poderia ser assinalada mais de uma alternativa, quatro professores responderam que aprenderam Libras por necessidade de comunicação, três aprenderam para se tornar intérprete de Libras, quatro para ter um melhor aperfeiçoamento na sua profissão, um devido a ser exigido pela lei de acessibilidade e um por imposição da atual política educacional.

Isso mostra que os professores em sua maioria aprenderam Libras para poder propiciar para os seus educandos surdos aulas melhores e com mais qualidade, foram apontados outros motivos como manter comunicação e levar informações bíblicas na igreja para a comunidade surda para fins de evangelização, por ter que seguir o regimento da SED/MS e por ter vizinhos surdos.

Quando indagados sobre a discriminação aos educandos surdos, dois professores responderam que sim e dois responderam que não, isso indica que apesar dos educandos apresentam uma boa aceitação no ambiente escolar, conforme constado nas visitas a escola, existe ainda um pouco de discriminação praticada pelos educandos que não tem o conhecimento em Libras.

No que se refere ao interesse dos pais ou responsáveis de seus educandos surdos em saber sobre o aproveitamento escolar de seus filhos, dois professores responderam que sim e

dois responderam que somente às vezes, isso apresenta que falta um pouco de interesse por parte dos pais dos educandos surdos em relação ao seu desempenho na escola, e responderam também que os educandos que apresentam pais presentes tem um melhor desempenho escolar, o que já foi destacado nos capítulos anteriores sobre a importância da ação coletiva no processo de inclusão escolar, que não requer somente a ação da escola, passa necessariamente por um movimento conjunto que inclui, principalmente, os pais e responsáveis.

Nesse movimento conjunto indagamos sobre o uso de Libras pelos pais ou responsáveis de seus estudantes. A conclusão foi que dois professores responderam que a maioria dos pais usam a Libras e dois responderam que a minoria, isso indica que a metade dos pais não usa Libras para a comunicação com os seus filhos, isso devido ao fato de serem ouvintes e se comunicarem de outras formas, alguns dos pais usam a Libras por serem surdos também, e um professor relatou que um dos pais dos educandos são ouvintes e aprenderam Libras para se comunicar melhor com o seu filho.

Dois professores entrevistados destacaram que as principais dificuldades encontradas pelos professores na Escola Estadual Coronel Juvêncio é que os educandos surdos não são fluentes em Libras e alguns também tem dificuldades na aprendizagem da Língua Portuguesa.

Além disso, três professores responderam os estudantes surdos necessitam do auxílio dos professores itinerantes¹ para entender determinados conteúdos e afirmaram também que os educandos compreendem melhor com a utilização de imagens e destacaram também que os educandos gostam das aulas de geografia porque conseguem compreender melhor o conteúdo quando os professores fazem a utilização de mapas e imagens durante explicação.

Quando indagados sobre quais as principais dificuldades dos estudantes surdos da Escola Estadual Coronel Juvêncio, obtivemos estas respostas abaixo:

Tabela 1
Respostas obtidas referente na questão 12.

Alternativas	Respostas
Não sabem ler em português	3
Não compreendem Libras	0
Os professores não sabem Libras	0
Não tem intérpretes	0

¹ O professor itinerante trabalha como um elemento facilitador da inclusão. Auxilia o professor regente a incluir a criança com necessidades educacionais especiais na atividade que elabora ou faz orientações sobre equipamentos ou estratégias facilitadoras para o trabalho (PELOSI, 2000).

Não sabem escrever em português	2
Entraram na escola tarde depois da idade	1
Não gostam de estudar	1
São desatentos	0
São mal-educados	0
Não tem limites	0
Falam outra língua	0
Não estudam em tempo integral	0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Três responderam que os educandos não sabem ler em português pelo fato de terem apenas a língua materna e dependem do professor itinerante para a tradução, dois responderam que não sabem escrever em português pelo mesmo fato apontado nos parágrafos acima, um respondeu que entraram muito tarde na escola, um que não gostam de estudar. Porém o fato de não gostar de estudar é um termo bastante indiferente a se usar pelo fato de que esses educandos podem ter um pouco mais de dificuldade em se comunicar, por isso dependem de um apoio maior, portanto não se pode generalizar.

Posteriormente, perguntamos se eles acreditam que a Escola Estadual Coronel Juvêncio e seus professores estão aptos para receber estudantes surdos. Todos responderam que sim, e também argumentaram que os professores regentes em sua maioria estão sempre fazendo curso de Libras, a escola é considerada como polo da Educação Especial em Jardim, além disso, destacaram que a escola tem uma sala de recursos que também é utilizada em contra turno, sala com aula de Libras com uma professora surda, projeto de Libras para a comunidade surda e para os ouvintes proporcionando a inclusão e promovendo a aprendizagem, em contra turno os educandos surdos aprendem a Língua Portuguesa e a Libras.

Quanto a disciplina de Geografia, perguntamos se na escola há recurso metodológico que promova uma melhor qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos educandos surdos. Os professores afirmaram que tem toda uma orientação da técnica da UNESP (Núcleo de Educação Especial). Destacaram também que para uma melhor compreensão dos educandos surdos, são utilizados recursos concretos visuais como imagens destaque para os mapas, vídeos que são passados no data show, e destacaram que o surdo necessita de recursos visuais juntamente com a Libras para assimilar melhor o conteúdo.

Perguntamos ainda o que a Escola Estadual Coronel Juvêncio tem feito para facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos surdos. Afirmaram que utilizam os intérpretes em sala de aula, disponibilizam recursos visuais (material concreto, data show entre outros), promoção de cursos de Libras para estudantes ouvintes com a finalidade de promover a interação entre todos os estudantes na escola, adaptação de materiais para os educandos surdos, capacitação dos professores com cursos, atendimento em contra turno para aprender o português e a Libras.

Por fim, indagamos quais tem sido os resultados dessas ações de inclusão de educandos surdos na Escola Estadual Coronel Juvêncio. Segundo os professores pode se observar que ocorre a socialização dos educandos surdos com dos educandos ouvintes e com a sociedade, que é fundamental para a vida do surdo, uma vez que o mesmo, muitas vezes, não tem em casa as condições necessárias para essa socialização. Além disso, há, de acordo com os professores, uma grande melhoria na comunicação, acesso aos conteúdos, uma melhor aprendizagem em sala de aula, compreensão da cultura surda, aceitação e inclusão dos surdos e um maior interesse dos demais educandos em aprender a Libras.

3.3. Os educandos surdos: a compreensão sobre suas concepções

Em relação aos educandos foram entrevistados quatro educandos surdos que estudam na Escola Estadual Coronel Juvêncio, dois frequentam no ano de 2016 a 8º ano, um do 7º ano do Ensino Fundamental e um do 1º ano do Ensino Médio.

Foram aplicados questionários com um total de oito questões entregues aos professores itinerantes para que esses educandos pudessem compreender melhor as perguntas e obter as respostas com uma melhor qualidade. Para não expor os nomes, definimos os educandos da seguinte forma: Educando 1 (7º ano A), Educando 2 (8º ano A), Educando 3 (8º ano B) e Educando 4 (1º ano do Ensino Médio).

Questão 1 - Como você se sente estudando junto com os colegas ouvintes na Escola Estadual Coronel Juvêncio?

O Educando 1 respondeu que gosta mais ou menos de estudar junto com os seus colegas ouvintes. O Educando 2 relatou que gosta porque na escola teve a oportunidade de ter colegas. O Educando 3 falou que pelo fato de ter a oportunidade de fazer amigos e o Educando 4 disse que às vezes tem um pouco de dificuldade pelo fato de alguns dos educandos não saberem nada sobre a Libras, o que dificulta eles manterem uma comunicação de qualidade.

Em relação a essas respostas podemos perceber o quanto é importante essa inclusão já que em outros locais esses educandos não teriam a oportunidade de se relacionar com outros estudantes.

Questão 2 - Quais as disciplinas que tem mais dificuldade e quais tem mais facilidades?

O Educando 1 respondeu que as disciplinas de Artes, Ciências e Português são mais difíceis, Matemática e Educação Física são mais fáceis e Geografia, História, Inglês são mais ou menos fáceis. Educando 2 relatou que acha apenas Matemática e Inglês difíceis e o restante considera fácil. O Educando 3 afirmou que tem mais dificuldade nas disciplinas de Português e Matemática. O Educando 4 relatou que considera todas as disciplinas fáceis pelo fato de saber tanto a Libras como a Língua Portuguesa, e comentou também que os professores itinerantes facilitam muito a compreensão das disciplinas.

De acordo com essas questões podemos observar que os educandos têm mais facilidade nas disciplinas onde existe a utilização de didáticas concretas como a utilização de imagens durante as aulas de Geografia, História, Inglês e Artes e Educação Física pelo fato deles terem atividades práticas fora da sala de aula.

Questão 3 - Há intérprete educacional que te acompanha durante as aulas na Escola Estadual Coronel Juvêncio?

Todo os educandos responderam que sim, que tem o apoio de um professor intérprete em sala de aula, e destacaram também que é muito importante para que eles tenham uma melhor acessibilidade.

Questão 4 - A Escola Estadual Coronel Juvêncio atende a todas as suas necessidades para uma melhor qualidade de educação de sua aprendizagem?

Educando 1 respondeu que sim atende a todas as suas necessidades educacionais. Educando 2 relatou que sim pelo fato de a escola ter uma sala de recursos, pelo fato de muitas pessoas da escola saberem Libras, por ter brinquedoteca e pelo fato de ter um projeto de Libras. O Educando 3 disse que atende todas as suas necessidades com as respostas semelhantes às do educando 2. O Educando 4 respondeu que sim, porque a Escola Estadual Coronel Juvêncio é polo da Educação Especial e que a grande maioria dos educandos surdos estuda lá.

Confirmando as respostas dos educandos, realizamos visitas a escola para observar como estas aulas de inclusão escolar acontecem, com isso podemos perceber que a Escola Estadual Coronel Juvêncio oferece uma educação de qualidade para esses educandos que cumpre com todas as normas de inclusão de educandos surdos promovendo a total inclusão no

ensino regular com os educandos ouvintes. As fotos a seguir, buscam demonstrar como são estas aulas que ocorrem em contra turno e de que forma os educandos interagem.



Figura 01: Aula de ciências sobre as fases da vida com a professora Língua Portuguesa e Libras.
Fonte: Ferreira, 2016.



Figura 02: Aula de ciências sobre as fases da vida com a professora Língua Portuguesa e Libras.
Fonte: Ferreira, 2016.



Figura 03: Aula de sobre as fases da vida com a professora de Língua Portuguesa e Libras
Fonte: Ferreira, 2016.

Questão 5- Você se sente bem aceito na Escola Estadual Coronel Juvêncio?

Todos os educandos entrevistados responderam que sim que se sentem muito bem aceitos na Escola Coronel Juvêncio e que se sentem muito felizes por estudar lá. Tais afirmações mostram que as ações de inclusão escolar da Escola Estadual Coronel Juvêncio estão sendo eficazes na compreensão dos principais sujeitos desse processo, ou seja, dos educandos surdos.

Questão 6- Você acha que os professores e a Escola Estadual Coronel Juvêncio estão preparados para receber educandos surdos?

O Educando 1 respondeu que não pelo fato de nem todos os professores regentes terem o total domínio da Libras. Os demais educandos responderam que sim, que a Escola está preparada para receber educandos surdos pelo fato de vários professores que sabem Libras e os demais que não sabem estão fazendo curso para se aperfeiçoarem.

A Questão 7 referia-se as linguagens mais utilizadas pelos educandos.

Tabela 2
Tipo de língua utilizada.

Educandos	Língua Utilizada
Educando 1	Libras, língua portuguesa escrita e leitura labial.
Educando 2	Libras (pouco)
Educando 3	Libras, língua portuguesa escrita (pouco) e leitura

	labial.
Educando 4	Libras e língua portuguesa escrita

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

De acordo com a resposta dos educandos podemos observar que os educandos 1, 3 e 4 tem o domínio da Libras, o educando 2 sabe parcialmente, e também podemos analisar que os educandos 1, 3 e 4 sabem também a língua portuguesa escrita o que facilita ainda mais na aprendizagem e também que os educandos 1 e 3 tem o domínio da leitura labial.

Questão 8 - Você considera que a disciplina de Geografia é possível compreender o conteúdo que é ensinado?

Todos os educandos responderam que sim, que a disciplina de Geografia é de fácil entendimento e destacaram também que o que facilita nesta disciplina é a grande utilização de imagens e aulas com a utilização de recursos visuais, e afirmaram ainda que gostam muito quando é trabalhado durante as aulas mapas, pois consideram muito interessante esse recurso.

3.4. Projeto Uma Escola Bilíngue: ações de inclusão escolar na Escola Estadual Coronel Juvêncio

Mediante as análises realizadas por meio do levantamento bibliográfico, das entrevistas e das visitas na escola pesquisada, buscamos compreender de que modo a Escola Estadual Coronel Juvêncio tem desenvolvido suas ações de inclusão escolar.

Nesse processo, conhecemos o Projeto Uma Escola Bilíngue que é desenvolvido na Escola Estadual Coronel Juvêncio com o objetivo de contribuir para a inclusão dos educandos surdos e incentivar os educandos ouvintes a terem o interesse de aprender a Libras para se comunicar melhor com os educandos surdos, como uma maneira de proporcionar também o acesso da língua de sinais aos professores para que possam se comunicar de forma recíproca com seus educandos surdos e com os ouvintes para que possam contribuir para uma educação sem discriminação..

Esse projeto está sendo desenvolvido de março até novembro de 2016, tem como materiais utilizados: aulas práticas e apostilas, vídeos, pesquisas, cartazes, exposição de trabalhos e músicas. A seguir apresentamos algumas fotos registradas durante a aula.



Figura 04: Aula do projeto realizado com educandos surdos e ouvintes da Escola Estadual Coronel Juvêncio.

Fonte: Ferreira, 2016.

Os professores observaram a dificuldade que os educandos encontravam em se comunicar com os educandos ouvintes devido a isso tiveram a iniciativa de realizar esse projeto que está sendo de grande importância para a inclusão desses educandos no ambiente escolar e na sociedade.



Figura 05: Educandos após a aula sobre os tipos de verduras fazendo uma apresentação a respeito das verduras que mais gostam.

Fonte: Ferreira, 2016.



Foto 06: Professora interprete e educando surdo que a ajuda nas aulas do projeto.

Fonte: Ferreira, 2016.



Figura 07: Educando ouvinte que faz parte do projeto pedindo licença para entrar na sala em libras.
Fonte: Ferreira, 2016.



Foto 08: Educandos do projeto juntamente com a professora interprete fazendo a língua de sinais dizendo: Eu amo Libras.
Fonte: Ferreira, 2016.

O projeto é de suma importância pelo fato de que educandos ouvintes tem a oportunidade e aprender Libras em aulas de contra turno para melhor se comunicar com seus colegas surdos, as aulas do projeto são sobre temas variados e do cotidiano dos educandos, é um projeto aberto a todos os interessados a participar e que tenham o interesse de aprender a língua de sinais onde educandos de outras escolas podem participar, além disso há também a interação com os educandos surdos que participam do projeto.



Figura 09: Educandos que estudam na Escola Estadual Antônio Pinto Pereira e que fazem parte do projeto.

Fonte: Ferreira, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas pesquisas realizadas na Escola Estadual Coronel Juvêncio e nas referências bibliográficas estudadas pode-se concluir que a escola atende a todas as necessidades do educando surdo para uma educação de qualidade.

Conforme a nova Constituição Federal Art. 205, a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

Como podemos observar neste trecho da Constituição Federal e de acordo com as respostas dos professores e educandos a Escola Estadual Coronel Juvêncio está atendendo os requisitos definidos por lei, não é por acaso que é considerada como um polo da Educação para surdos no município de Jardim.

Essa afirmação pode ser constatada porque a escola apresenta um corpo docente com professores regentes capacitados com curso de Libras e os que não tem estão fazendo aperfeiçoamento, tem infraestrutura adequada ao atendimento desses educandos, como por exemplo: sala de recursos e apresenta um projeto de inclusão escolar, que corre em contra turno onde os educandos surdos tem aulas de Libras e Português.

Além disso, este projeto também abrange os educandos ouvintes que tem interesse de aprender a Libras, apresenta também professores itinerantes que acompanham esses educandos na sala regular.

A partir de nossas análises de campo, observamos que os educandos surdos também demonstram em suas respostas o quanto a educação nesta escola tem contribuído com o desenvolvimento de novos saberes de conhecimento, tanto que eles se sentem bem aceitos por toda a comunidade escolar e apresentam um bom aprendizado em todas as disciplinas estudadas.

Em relação ao ensino da Geografia, a Escola tem promovido ações que tem apresentado bons resultados, porque os educandos demonstram entusiasmo com a disciplina, por ser uma disciplina que tem sido desenvolvida por meio de uma didática coerente com suas

necessidades, que se utiliza de muitos recursos visuais, o que facilita muito o seu entendimento.

Por fim, compreendemos os resultados que obtivemos, demonstra que o melhor processo de ensino aprendizagem para esses educandos depende também das inovações que o professor faz em suas aulas para propiciar para seus educandos um ensino mais atrativo e de qualidade e sempre inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. P. **Uma reflexão acerca do ensino de geografia e da inclusão de surdos em classes regulares**. Campinas, 2013.
- AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos**. Cedes, v. 19, nº 47. Campinas, dezembro/1998.
- BATISTA JÚNIOR, J. R. L. **Pesquisas em educação inclusiva: questões teóricas e metodológicas**. Pipa Comunicação, 2016. 300p (e-book)
- BORGES, A. R. A inclusão de alunos surdos na escola regular. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro, v. 21, p. 63-68, 2004.
- BORTOLETO, R.H.; RODRIGUES, O.M.P.R.; PALAMIN, M.E.G. A inclusão escolar enquanto prática na vida acadêmica de portadores de deficiência auditiva. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro, v. 18/19, p. 45-50, 2002/ 2003.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais: vol. 5 e 6**. Brasília: MEC/ SEESP, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC/SEESP, 2002.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994.
- BUENO, J. S. **Educação especial brasileira - integração/segregação do aluno deficiente**. São Paulo: Educ, 2004.
- CASSETI, V. A natureza e o espaço geográfico. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.
- COLL,C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. e cols. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. v.2.
- CONSELHO Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. "Proposta de regulamentação da Lei 9.394/96" e "Trabalho preliminar de interpretação da LDB". Brasília, 1997, mimeo.
- DORZIAT, A. Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação? **Revista do Centro de Educação**, vol. 24, p. 1-7, 2004.

FERREIRA, J.R. e NUNES, L. R.O.P. "A educação especial na nova LDB". Comentário sobre a educação especial na LDB". In: Alves, N. e Villardi, R. (org.). **Múltiplas leituras da nova LDB**. Livro organizado por N. Alves e R. Villardi. Rio de Janeiro: Dunya, 1997, pp.17-24, no prelo

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUSA, Vanilton Camilo de (Orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FONSECA, V. Tendências futuras da educação inclusiva. In STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (Orgs.) **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

FONSECA et al. **Adaptações da Prática de Ensino de Geografia para Alunos Surdos**. Geografia (Londrina) v. 23, n.2. p. 05-25, jul/dez, 2014

GOTTI, M. O. Integração e Inclusão: nova perspectiva sobre a prática da educação especial. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.). **Perspectivas multidisciplinares em educação especial**. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 365 - 372.

HOFFMANN, J. **Avaliar para Promover: As Setas do Caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editores Associados, 1992.

LORENZETTI, M.L. A inclusão do aluno surdo no ensino regular: a voz das professoras. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro, v. 18/19, p. 63-69, 2002/2003.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou Estar, eis a Questão: Explicando o Déficit Intelectual**. Rio de Janeiro: WWA, 1997.

MENDES, E. G. **Deficiente mental: A construção científica de um conceito e a realidade educacional**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia/USP.

MRECH, L. M. O que é Educação Inclusiva? Disponível em: <http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_23.htm> Acesso em: 05/11/16.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PINHEIRO, A. C. Inclusões Sociais no Currículo da Geografia: apontamentos sobre a produção acadêmica de 1967 a 2006. In: TONINI, I. M. et al. (Org.). **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p.191-202.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, vol. 33, p. 143-156, 2009.

RECHICO, C.F.; MAROSTEGA, V.L. (Re) pensando o papel do educador especial no contexto da inclusão de alunos surdos. **Revista do centro de Educação**, v. 19, p. 1-5, 2002.

REGANHAN, W. G. **Recursos e estratégias para o ensino de alunos com deficiência: percepção de professores**. Marília, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – FFL/UNESP.

ROGALSKI, S.M. Histórico do Surgimento da Educação Especial. **Revista de Educação do IDEAU**, vol. 5, nº 12. Dezembro 2010.

SASSAKI, R. K., **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SCHEWINSKY, S. R. A barbárie do preconceito contra o deficiente – todos somos vítimas. **Revista Acta Fisiátrica**, São Paulo: FMUSP, vol. 11, n. 1, p. 7-11, abr. 2004.

SCHNEIDER, R. **Educação de surdos: inclusão no ensino regular**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006.

SILVA, A.B.P.; PEREIRA, M.C.C. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. **Psicologia: Teoria e pesquisa**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www..scielo.br/pdf/ptp/v19n2/10v19n2.pdf>. Acesso em 10/08/16

SILVA, A. T. C.; MACEDO JUNIOR, M. R.; LIMA, F J. **O intérprete de Língua Brasileira de Sinais no ensino fundamental e seu papel na escola comum**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, [ca. 2009], 24 p. Xerografado.

SOUZA, P. N. P. de. **Como Entender e Aplicar a Nova LDB: lei nº 9.394/96**. São Paulo: Pioneira. 1997.

SOUZA, R.M.; GÓES, M.C.R. O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos** .1. ed. Porto Alegre: Mediação, v.1, 1999.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UNESCO. “Declaração de Salamanca” e “Linha de ação sobre necessidades educativas especiais”. Brasília, Corde, 1996.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas III** Inclui problemas do desenvolvimento da psique. Madrid: Visor Distribuciones, 2000.

ANEXOS

Escola Estadual Coronel Juvêncio

LIBRAS



Uma Escola Bilíngue

Jardim/MS

2015

. IDENTIFICAÇÃO

Escola Estadual Cel. Juvêncio Escola

Direção: Roseli Aparecida Dias Garcia

Coordenadora Pedagógica: Laudenilson Maciel

Técnica: Maria Lúcia Gusolfi Almeida

Professores envolvidos no projeto: Marlene Vitoriana de Oliveira Moreira

Professor Gerenciador de Tecnologia Educacional e Recursos Midiáticos: Adriana dos Santos Barbosa Brandão

. APRESENTAÇÃO

O projeto vem contribuir para a inclusão e o convívio dos alunos da comunidade escolar da Escola Estadual Cel. Juvêncio, incluindo neste grupo alunos surdos e ouvintes. O objetivo é diminuir as barreiras comunicativas existentes entre o mudo dos ouvintes e o mundo dos surdos, possibilitando conhecimento básico de LIBRAS na comunicação e inclusão escolar.

. JUSTIFICATIVA

Libras é a Língua Brasileira de Sinais, a partir do contato com a língua em Libras, observamos a riqueza de conhecimento na aprendizagem do surdo, detectamos a dificuldade que os mesmos encontram na comunicação, desta forma, as aulas de Libras será um instrumento fundamental para o desenvolvimento e inserção do portador de deficiência auditiva e os alunos desta comunidade escolar e a sociedade.

. OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar aos nossos alunos e professores e acesso e a língua de Sinais Brasileira para que possam se comunicar de forma recíproca (surdos e/ou ouvintes), e participar de uma aprendizagem homogênea, sem discriminação, preconceito e limitações.

. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar os conhecimentos referentes à língua em Libras.

- Desenvolver o espírito de cidadania e respeito ao portador de deficiência auditiva.
- Aguçar no público-alvo a curiosidade de aprender uma língua diferente.

. METODOLOGIA

O projeto será desenvolvido durante os meses de março a novembro. Durante o desenvolvimento serão utilizados os seguintes recursos didáticos.

- Aula prática e apostila
- Vídeo/ DVD
- Pesquisas
- Cartazes
- Exposição de Trabalhos
- Músicas

. RECURSOS

- Humanos: Alunos, professores envolvidos
- Materiais: Cartolina, TNT e Xerox
- Tecnológicos: Computadores e TV
- Físicos: Sala de Aula

. DESENVOLVIMENTO (Breve resumo do Projeto)

O projeto tem como principal objetivo promover a interação entre os estudantes e todos da comunidade escolar e sociedade estabelecendo uma comunicação e enriquecendo as aulas com o contato entre ouvinte e surdo. O horário previsto para as aulas de Libras será de 1 hora todas as quartas-feiras após o término das aulas.

Breve relato da culminância;

O projeto será realizado com alunos, professores e membros da comunidade escolar. Serão utilizadas de fichas de anotações, fotos e apostilas.

. RESULTADOS ESPERADOS

A partir da aplicabilidade do projeto esperamos estabelecer a comunicação entre os alunos ouvintes e o aluno surdo, possibilitando conhecimentos básicos da LIBRAS e inclusão escolar.

. ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO (escola e comunidade)

- Blog: cel.juv.blogspot.com.br
- Cartazes
- Anexos (05 fotos/ produção do aluno no projeto em formato jpeg – as fotos serão disponibilizadas em 2 páginas A4).

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES**NOME:** _____

1 - Você usa LIBRAS?

 Sim Não

2 - Você está fazendo algum curso de LIBRAS?

 Sim Não

3 - Por que você aprendeu LIBRAS? (Pode marcar mais de uma resposta)

 por necessidade de comunicação para ser intérprete para aperfeiçoamento profissional por curiosidade como exigência da lei de acessibilidade por imposição da atual política educacional outro motivo. Qual? _____

4 - Você concorda que usar LIBRAS ajuda no processo de ensino aprendizagem dos estudantes surdos?

 Sim Não

5 - Na Escola Estadual Coronel Juvêncio os estudantes sofrem discriminação por serem surdos?

 Sim. Que tipo? _____ Não

6 - Os pais ou responsáveis de seus estudantes surdos tem interesse em saber sobre o aproveitamento escolar de seus filhos(as)?

 Sim Não Às vezes

8 - Os pais de seus estudantes usam LIBRAS?

 Todas A maioria A metade A minoria Nenhuma

9 - Há professores itinerantes na sua escola?

Sim Não

10 - Quantos estudantes surdos o professor itinerante acompanha?

Um a dois Dois a quatro Quatro a seis Cinco a sete
 Oito a dez Mais de dez. Quantos? _____

11 - Quais as principais dificuldades encontradas pelo professor(a) itinerante na Escola Estadual Coronel Juvêncio? (Pode marcar mais de uma resposta)

os estudantes surdos não são fluentes em LIBRAS
 o professor itinerante não é fluente em LIBRAS
 não há espaço físico adequado para atendimento dos estudantes surdos.
 os professores com estudantes surdos incluídos não procuram o serviço de itinerância
 os estudantes surdos não valorizam o trabalho do professor itinerante.

12- Os estudantes surdos entendem o que está sendo explicado na sala de aula?

Sim Não

13 - Quais as principais dificuldades dos estudantes surdos da Escola Estadual Coronel Juvêncio? (Pode marcar mais de uma resposta)

não sabem ler em português
 não compreendem a LIBRAS
 os professores não sabem LIBRAS
 não tem intérpretes
 não sabem escrever em português
 entraram na escola tarde depois da idade
 não gostam de estudar
 são desatentos
 são mal educados
 não têm limites
 falam outra língua
 não estudam em tempo integral
 outras? Quais _____

14 - Você acredita que a Escola Estadual Coronel Juvêncio e seus professores estão aptos para receber estudantes surdos?

Sim Não. Por quê? _____

15 – Na disciplina de Geografia da Escola Estadual Coronel Juvêncio há recurso metodológico que promova uma melhor qualidade do processo de ensino aprendizagem dos estudantes surdos?

() Sim () Não.

Qual? _____

Por quê? _____

16 – O que a Escola Estadual Coronel Juvêncio tem feito para facilitar o processo de ensino aprendizagem dos estudantes surdos?

17 – Quais tem sido os resultados dessas ações de inclusão de estudantes surdos na Escola Estadual Coronel Juvêncio?

QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO**NOME:** _____**SÉRIE:** _____

1 - Como você se sente estudando junto a colegas ouvintes na Escola Estadual Coronel Juvêncio?

2 - Quais as disciplinas que têm mais dificuldades? E as que têm mais facilidades?

3 - Há intérprete educacional que te acompanha durante as aulas na Escola Estadual Coronel Juvêncio?

4 - A Escola Estadual Coronel Juvêncio atende a todas as suas necessidades para uma melhor qualidade de sua aprendizagem?

5 - Você se sente bem aceito na Escola Estadual Coronel Juvêncio?

() Sim

() Não. Por quê? _____

6 - Você acha que os professores e a Escola Estadual Coronel Juvêncio estão preparados para receber alunos surdos?

() Sim () Não. Por quê? _____

7 - Marque com um (X) o que você conhece e utiliza:

() Libras

() Língua Portuguesa Escrita

- Leitura Labial
- Prótese Auditiva

8 - Você considera que na disciplina de **Geografia** é possível compreender o conteúdo que é ensinado?

Sim

Não. Por quê? _____